

BRASÍLIA-DF – 20/04/2018

NCST-PB e CNTI realizam o 8º Encontro de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba



Mulheres trabalhadoras de diversas categorias do plano da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST-PB e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI, estiveram reunidas no último dia 14 de abril 2018, no auditório do Nords Hotéis em João Pessoa – PB, para participar do VIII Encontro de Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias do Estado da Paraíba.

O evento teve como objetivo debater a atual conjuntura, a importância do voto feminino e os impactos das "reformas trabalhista" e "previdenciária" na vida das mulheres.

A abertura do evento contou com a presença do Sr. José Calixto Ramos, presidente da NCST e CNTI, Sr. Antônio Erivaldo, presidente da NCST-PB, Sra. Sônia Zerino, secretária para assuntos da Mulher da NCST/CNTI, Sr. Pedro Ricardo Filho, secretário da 2ª Secretaria da Região Nordeste-CNTI, Sr. Thiago de Araújo Costa Vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Paraíba e Sr. Marcus Henrique da Silva, vereador de João Pessoa-PB.

Durante a solenidade de abertura, a plenária fez um minuto de silêncio em memória da companheira Francisca Elói, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Confecções do Estado da Paraíba.

O evento contou com a apresentação de vídeos e três palestras. A primeira feita pelo Vereador de João Pessoa – PB, Sr. Marcus Henrique da Silva que abordou sobre sua trajetória política, sua atuação na câmara de vereadores e a importância de elegermos mais pessoas comprometidas com a luta dos trabalhadores. A segunda palestra feita pelo Presidente da NCST/CNTI, Sr. Calixto, abordou a Atual Conjuntura, a situação e os desafios atuais do movimento sindical. Na parte da tarde, a Sra. Sônia Zerino palestrou sobre "A Importância do Voto Feminino", destacando que, segundo o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, as mulheres representam 52,4% do eleitorado brasileiro, daí a importância da consciência do voto nas próximas eleições. "Mais mulheres no poder fortalece a democrática". Após as palestras abriu-se para debate e em seguida foi aplicada a avaliação.

Ao final do evento, foi feita uma apresentação cultural pela Associação de Aposentadas "Pro Dia Nascer Feliz", do município de Santa Rita – PB e, em seguida, a entrega dos certificados.

(NCST/PB)

Comissão Popular da Verdade é criada no Rio para monitorar intervenção



Por Léo Rodrigues - Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

Diversas organizações da sociedade civil e entidades dos movimentos sociais se reuniram ontem (19) no Rio de Janeiro para lançar a Comissão Popular da Verdade, que irá se dedicar a monitorar eventuais violações de direitos humanos ocorridas no âmbito da intervenção federal. Entre os envolvidos estão a Federação das Associações de Favela do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), a União nos Negros pela Igualdade (Unegro), a União Brasileira de Mulheres (UBM), a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo.

A comissão promete visitar favelas e comunidades da periferia para verificar a existência de violações cometidas pelas polícias e pelo Exército, segundo explica a comunicadora Gizele Martins, moradora do Complexo da Maré e uma das lideranças à frente da iniciativa. Ela afirmou que a falta de estrutura será superada pela determinação dos participantes. Em sua avaliação, o monitoramento é fundamental, levando-se em conta as experiências anteriores. Ela alega que o cotidiano dos moradores da Maré foi profundamente alterado ao longo a atuação do Exército na comunidade, encerrada em 2015.

O lançamento da comissão ocorreu durante cerimônia no centro da capital, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O evento foi aberto com uma apresentação teatral de artistas negros, com performances, música e discursos que abordaram relatos cotidianos de violência na periferia e lembraram casos como os do dançarino DG, torturado durante uma ação policial antes de morrer, segundo sua mãe; de Cláudia Silva Ferreira, falecida após ser arrastada por viatura da polícia; e da vereadora Marielle Franco, cujo assassinato, ocorrido no centro do Rio, ainda está em investigação.

Quem também participa da iniciativa é a advogada e pesquisadora Nadine Borges. Ela integrou e chegou a presidir a Comissão Estadual de Verdade (CEV) do Rio de Janeiro, criada pela Lei Estadual 6.335/2012 e que apresentou seu relatório final em 2015. O

documento traz detalhes das violações de direitos humanos no estado entre 1946 e 1988, com foco principal no período em que vigorou o regime militar.

Diálogo

Para Kátia Lopes, representante da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), faltou diálogo do governo federal com a sociedade do Rio. "A gente está se sentindo violentado pelo fato deles não terem comunicado. Tudo tem que ter um planejamento. Não se faz uma intervenção sem planejar, principalmente quando se vai atuar com a população. Qual o tipo de proteção que a população precisa? Não há um diálogo do Poder Público com a sociedade civil", lamentou.

Em sua opinião, deveria estar em curso uma intervenção de cunho social. "Precisamos de nossas crianças nas escolas, precisamos de capacitação dos jovens. Não queremos nossos filhos no tráfico. Nós queremos uma intervenção que traga garantia de direitos e oportunidades", acrescentou.

Além de registrar eventuais violações, a Comissão Popular da Verdade também se prepara para dar suporte jurídico e político aos moradores das comunidades que foram vítimas de arbitrariedades. "A comissão se fará presente e estará acessível, o que é muito importante. Muitas vezes, a população não sabe onde denunciar e nem a quem recorrer", finaliza Kátia.

(EBC)

Educação ainda é desafio para comunidades indígenas



No Dia do Índio, lideranças indígenas falam sobre as prioridades para o avanço da educação. Infraestrutura para escolas e valorização dos professores são ações consideradas essenciais para manter as línguas, a diversidade e a resistência das comunidades.

A história do povo indígena Umutina, em Mato Grosso, reflete bem a trajetória de luta dos povos indígenas no Brasil.

Mesmo após a colonização, eles continuaram a ser alvo de violentos ataques e quase foram dizimados.

Na década de 1940, após uma série de lutas por seu território, o povo Umutina somava 25 pessoas. Quase 80 anos depois, a comunidade reúne, hoje, cerca de 600 indígenas em uma aldeia situada no município de Barra do Bugres, em Mato Grosso.

Vivendo às margens do rio Paraguai, eles se orgulham de ter

conquistado uma escola indígena que oferece da educação infantil ao ensino médio. Eliane Boroconeça Monzilar é professora Umutina e já cursa o doutorado em Antropologia Social, na Universidade de Brasília (UnB).

No cotidiano da comunidade, ela percebe a enorme diferença para as crianças que já não são mais obrigadas a sair da aldeia para estudar.

Sonora: "Nós professores trabalhamos na escola com os conhecimentos tradicionais, que são os nossos saberes, dos nossos ancestrais, dos nossos anciões, que está relacionada a cultura, dança cultural, pintura, história, à língua Umutina que está sendo revitalizada. Diferente da minha época, que eu não tive essa oportunidade."

Este ano, povos indígenas e gestores públicos realizaram, em Brasília, a 2ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Mais de 13 mil pessoas participaram das discussões, nas etapas regionais.

Das 8 mil propostas aprovadas, os mais de 700 participantes da etapa nacional estabeleceram 25 prioridades. Entre elas, mais infraestrutura para escolas e a valorização dos educadores.

Nas universidades públicas, eles querem que sejam realizados concursos específicos para professores indígenas.

A responsável pela área de Diversidade do Ministério da Educação, Ivana de Siqueira, considera a demanda válida e com possibilidade de avanço.

Para ela, um dos principais desafios é sensibilizar estados e municípios a entender a complexidade das culturas indígenas. Em todo país, são mais de 300 povos que mantêm vivas cerca de 200 línguas e seus dialetos.

Sonora: "Dentro de um próprio estado, tem muitas etnias. Temos uma infraestrutura muito precária de escolas e isso é uma demanda grande que surgiu, já vem de outras demandas."

Alberto Terena, coordenador executivo da Articulação de Povos Indígenas do Brasil, afirma que nos últimos 30 anos as comunidades conquistaram diversos avanços na área de educação escolar.

Ele acredita que uma das principais dificuldades, hoje, é garantir o acesso e a permanência dos índios nas universidades.

Sonora: "A escola foi usada para nos calar, amordaçar, tirar a língua, tirar os nossos valores. Nós estamos tentando descolonizar a educação dentro das comunidades. Trazer um formato nosso que venha fortalecer a nossa cultura, mesmo que nos custe um pouco mais, porque nós precisamos também qualificar os nossos filhos."

A educação estará entre os temas em debate no Acampamento Terra Livre 2018, que reúne lideranças indígenas de todo o país, em Brasília, entre os dias 23 e 27 de abril.

A 15ª edição do acampamento tem como lema "Unificar as lutas em defesa do Brasil Indígena – Pela garantia dos direitos originários dos povos".

Estão previstos atos, marchas e debates sobre temas como demarcação de terras, criminalização dos movimentos indígenas, iniciativas legislativas anti-indígenas e a precarização de serviços básicos.

(Radioagência Nacional)

Proibir terceirização em norma coletiva fere livre iniciativa na economia, define TST



Proibir terceirizados sem impedimento em lei fere o direito de livre iniciativa empresarial. Com esse entendimento, a Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho, por maioria, declarou nula cláusula de convenções coletivas que proibiam condomínios residenciais do Tocantins de contratar prestadores de serviços para as funções de porteiro, faxineiro, zelador e vigia, entre outras.

A regra estava em negociações firmadas em 2014 e 2015 entre o sindicato das empresas de imóveis e o sindicato que representa empregados em condomínios no estado. Os termos, porém, foram questionados por duas entidades de classe da categoria de asseio e conservação, que também abrangem terceirizados.

As autoras afirmaram que o impedimento “acaba por esvaziar de vez o campo de atuação de tais empresas, fazendo com que diversas delas tenham inclusive que fechar suas portas em definitivo”, o que levaria à redução de inúmeros postos de trabalho e prejudicaria diretamente os trabalhadores do setor.

A ação anulatória, no entanto, foi rejeitada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO), com fundamento na autonomia coletiva das partes.

No recurso ordinário ao TST, os sindicatos da área de conservação e limpeza sustentaram que a convenção, ao vedar a contratação de empresas terceiradas e determinar a rescisão dos contratos em curso, causou “prejuízos imensuráveis” para as prestadoras de serviços.

Livre iniciativa

A ministra Dora Maria da Costa, redatora do acórdão no TST, afirmou que a cláusula contrária à terceirização de serviços nos condomínios limita o campo de atuação das empresas prestadoras de serviços de limpeza e conservação, “indo de encontro a um dos princípios constitucionais básicos da atividade econômica, que é o da

livre concorrência, inserto no inciso IV do artigo 170, o qual prevê a liberdade da iniciativa privada”.

Para a ministra, o princípio da livre iniciativa (artigo 1º, inciso IV, da Constituição da República) envolve não só o livre exercício de qualquer atividade econômica e a liberdade de trabalho, mas também a liberdade de contrato, decorrendo daí a vedação a qualquer restrição não prevista em lei. O voto foi seguido por maioria.

Limites

O relator, ministro Mauricio Godinho Delgado, ficou vencido ao sustentar que a defesa da concorrência não deve ser concretizada em detrimento dos demais princípios gerais da atividade econômica elencados no artigo 170 da Constituição (livre iniciativa e valorização do trabalho humano).

No seu entendimento, há respaldo social, econômico e jurídico para que as partes coletivas disponham autonomamente sobre a forma de contratação no âmbito de sua base territorial de modo a restringir ou proibir a terceirização da mão de obra em determinada comunidade de trabalhadores.

Para o ministro, o princípio da autonomia privada coletiva, conjugado com os princípios constitucionais da valorização do trabalho, da justiça social, da centralidade do trabalho e, especialmente, do emprego, permite que o sindicato dos trabalhadores e o dos empregadores celebrem convenção coletiva que priorize relação de emprego diretamente contratada.

“Sendo, ademais, objetivo do Direito do Trabalho elevar as condições de contratação trabalhista na economia e na sociedade, a cláusula se mostra mais benéfica aos trabalhadores, atendendo também o princípio da norma mais favorável, incorporado pelo *caput* do artigo 7º da Constituição”, concluiu. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

(Conjur)

Grupo de advogadas cobra maior presença feminina na cúpula da OAB



Um grupo de advogadas planeja lançar no dia 4 de maio o movimento “IgualaOAB: a Ordem é incluir”, para tentar mudar o cenário atual da Ordem dos Advogados do Brasil: embora as mulheres representem 48,2% dos profissionais da advocacia, com base em dados do ano passado, apenas uma advogada é presidente de seccional e dez são conselheiras federais.

Segundo a entidade, o propósito inicial não é apoiar uma ou outra chapa para a eleição, nem mesmo lançar chapa própria. "O objetivo é criar um ambiente de diálogo entre as advogadas, dirigentes e pré-candidatos (as) para que a OAB seja mais inclusiva". O evento de lançamento será no auditório da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

(Conjur)

Líderes sindicais da Nova Central de Minas Gerais debatem desafios atuais do movimento sindical



A situação e os desafios atuais do Movimento Sindical foi tema de debate na última quinta-feira, 12, no Instituto Sérgio Miranda, em Belo Horizonte. A palestra foi ministrada por Sebastião Soares, professor e sindicalista que integra a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). O encontro contou com as presenças de diversos sindicalistas, em especial o presidente da Nova Central Minas, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho.

Sebastião alertou aos presentes sobre a necessidade de capacitação e unidade no movimento sindical. Fatores determinantes para enfrentar um momento de marginalização dos sindicatos e de ataques aos direitos trabalhistas.

(NCST/MG)

Entidades lançam campanha que visa renovar pra melhor o Congresso Nacional



Um grupo de organizações e lideranças da sociedade civil se reuniram para realizar a campanha "Um novo Congresso. É necessário. É possível. E vai ser pelo voto". A meta principal é a requalificação do Congresso Nacional, a partir das eleições deste ano. Um manifesto foi publicado como informe publicitário no jornal "Folha de S.Paulo" no dia 11 de abril.

O foco será a conscientização do eleitor, reforçando a importância de deputados e senadores nas decisões que definem os rumos do País e necessidade de valorizar o voto como instrumento inalienável da democracia.

A campanha foi lançada dia 6 de março, em São Paulo. Seus idealizadores pretendem não apenas renovar o parlamento, mas "requalificá-lo". O objetivo, dizem, é devolver o poder de representação à população, tirando de cena a influência do poder econômico que faz com que os políticos defendam interesses próprios ou de minorias elitizadas.

Trata-se de uma articulação apartidária, que envolve organizações e lideranças reconhecidas pela trajetória de atuação por justiça social e pela democracia, além de jovens ativistas.

Apresentação - Dia 25 de abril, será realizada uma roda de conversa sobre a campanha Paróquia São Domingos, em Perdizes, na Zona Oeste de São Paulo. A reunião é aberta.

Serviço:

Roda de conversa e apresentação da campanha "Um Novo Congresso". Dia 25/4 (quarta-feira), às 18h30. Paróquia São Domingos (rua Caiubi, 164 - Perdizes)

Mais informações: www.umnovocongresso.org.br

Facebook: www.facebook.com/umnovocongresso

(Agência Sindical)